

## O ECOLOGISMO DOS POBRES<sup>1</sup>

Juan Martinez ALIER.

Tradução:

Francisco MENDONÇA  
Professor Adjunto do Departamento. Geografia - UFPR

### **ABSTRACT**

*'Ecologism' has put in question the capitalistic market laws, mainly in its globalization period, as a consequence of the irresponsible appropriation and exploitation of natural resources. At the same time, 'Ecologism' has shown that the environment doesn't reduce itself at the scientific approach of nature. The present paper discusses some important aspects of Ecologism such as the women's role, Marxism, the neo-narodnism, and shows some of the environmental problems that originated from the production relations. 'Ecologism' that focuses on the poor is one point of view necessary to the environmental struggle in the Third World.*

**KEY WORDS:** *Ecologism, Environment, Poverty, Marxism, Third World.*

### **RESUMO:**

*O ecologismo tem colocado em cheque as leis capitalistas de mercado, principalmente na sua fase globalizada, devido à apropriação e exploração inconsequente dos recursos naturais. Ao mesmo tempo tem apontado que o meio ambiente não se reduz ao tratamento somente científico da natureza. O presente artigo resalta aspectos importantes do ecologismo como a participação das mulheres, o marxismo, o neo-narodnismo, etc. e é rico em exemplos de problemas ambientais decorrentes das relações de produção. O ecologismo dos pobres é apontado como uma perspectiva necessária às lutas ambientais no Terceiro Mundo.*

**PALAVRAS-CHAVE:** *Ecologismo - Meio-ambiente - Pobreza - Marxismo - Terceiro Mundo.*

---

<sup>1</sup> ALIER, J.M. El ecologismo de los pobres. In: Revista **WANI**, n.125, abril 1992 (pg. 2-42 a 50). Publicación mensual de la Universidad Centroamericana (Uca) de Manágua, Nicaragua.

Existem pessoas que, com a alegria que sentem pelo triunfo ocidental na guerra fria, não querem ver que as lutas sociais em um mundo cada vez mais desigual vão continuar. Tampouco vêem que os lamentáveis regimes da URSS e da Europa de Leste freou mais que fomentou estas lutas, ao enganar durante tantos anos a uma parte dos pobres do mundo, ao dividi-los entre si: os fiéis a Moscou e os que tem conservado uma maior lucidez e se inscrito em outras tradições socialistas ou continuado com rebeliões espontâneas ou resistências surdas. Não vêem que a laje dos partidos burocráticos "comunistas" se levantou finalmente e que outros pequenos partidos - cuja referência tem sido a Revolução de Outubro de 1917 -, compostos muitas vezes de gente honesta porém sectária, já não tem nenhum sentido. Não vêem tampouco que os obstáculos ecológicos ao crescimento econômico, negado tanto por liberais como pela maioria dos marxistas, se farão sentir cada vez mais, e será difícil entreter os povos com promessas do crescimento econômico para todos, do automóvel universal. Tanta cegueira voluntária deveria ser acompanhada de orelhas de burro.

Hoje se exalta o mercado como mecanismo racional de aplicação de recursos, e pretende-se, inclusive, que os problemas ecológicos surjam da ausência de racionalidade mercantil privada, como no caso da mal chamada "tragédia dos bens comunais". Pelo contrario, o ponto de vista ecologista nos leva a duvidar dos benefícios do mercado. O mercado impõe uma busca de ganhos, o que leva a um uso mais eficiente dos recursos, tal como se viu depois do crescimento dos preços do petróleo em 1973. Mas o mercado não garante que a economia se encaixe na ecologia, já que o mercado sub-valoriza as necessidades futuras e não conta os prejuízos externos às transações mercantis. Então, se o mercado prejudica a ecologia, o que ocorreu nas economias planificadas? Não somente deram suporte a uma exploração dos trabalhadores em benefício de uma camada burocrática mas, além disso, tiveram uma ideologia de crescimento econômico a todo custo, uma grande ineficiência no uso de recursos (devido em parte à ausência de incentivos que o mercado proporciona).

Além do mais, lhes faltaram a possibilidade, por ausência de liberdades, de ter movimentos ecologistas que contribuíssem, com suas ações, para incrementar os custos que empresas ou serviços estatais devem pagar quando degradam o ambiente.

Assim, pois, a desapareição destes regimes abre boas perspectivas para outras correntes socialistas (donde socialismo quer dizer igualdade, visão mundialista, controle comunal - não estatal - dos meios de produção) e especialmente para o ecologismo dos pobres. Os marxistas da Velha Esquerda tem de reciclar-se, se ainda vivem, mas os liberais não venceram.

A primeira vista, parece que o ecologismo é um movimento da classe média de alguns países nor-atlânticos, que cresceu nos finais dos anos 60 e princípios dos 70, já que ao final da década dos 80 se implantou eleitoralmente na Europa. Assim, parece haver mais preocupação pela destruição do bosque tropical em Washington D.C. ou em Berlim que no Trópico. Não obstante, existe um ecologismo dos pobres, fácil de descobrir nos recentes e fortes movimentos ecologistas da Índia e do Brasil, mas também identificável na historia européia e de outros continentes. A existência de movimentos sociais tão conhecidos como Chipko na Índia ou o dos coletores de caucho no Acre (Brasil) - do qual Chico

Mendes foi o líder e o mártir - suscita questões teóricas que têm um alcance muito amplo.

Os movimentos sociais dos pobres estão frequentemente relacionados com suas lutas pela sobrevivência, e são portanto ecologistas - qualquer que seja o idioma em que se expressem - enquanto que seus objetivos são definidos em termos das necessidades ecológicas para a vida: energia (incluindo as calorias da comida), água, espaço para habitar. Também são movimentos ecologistas porque tratam de retirar os recursos naturais da esfera econômica, do sistema de mercado generalizado, da racionalidade mercantil, da valoração crematística (redução do valor a custos-benefícios) para mantê-los ou devolvê-los à oikonomia (no sentido com o qual Aristóteles usou a palavra, parecido com ecologia humana, oposto a crematística). Assim, uma "economia moral" vem a ser o mesmo que uma economia ecológica.

Para alguns, o ecologismo seria unicamente um novo movimento social monotemático, próprio de sociedades prosperas, típico de uma sociedade pós-materialista. Tem-se que rechaçar totalmente esta interpretação. Em primeiro lugar, o ecologismo - com outros nomes - não é novo. Em segundo lugar, as sociedades prosperas, longe de ser pós-materialistas, consomem quantidades enormes e inclusive crescentes de materiais de energia e, portanto, produzem quantidades crescentes de dejetos. Assim pois, a tese de que o ecologismo tem raízes sociais que surgem da prosperidade, poder-se-ia colocar, não em termos de uma correlação entre riqueza e interesse "pós-materialista" pela qualidade de vida, mas precisamente em termos de uma correlação entre riqueza e produção de dejetos e esgotamento de recursos. O movimento anti-nuclear somente poderia nascer ali onde o enorme consumo de energia e a militarização levaram à construção de centrais nucleares. O movimento pela coleta seletiva de lixo urbano somente poderia nascer ali onde as lixeiras estavam cheias de plásticos e papel, e onde ha razões para inquietar-se pela produção de dioxinas ao incinerar tais lixeiras. De antemão, seria absurdo negar que existe esse ecologismo da abundância. Mas também existe um ecologismo da sobrevivência, um ecologismo dos pobres, para o qual poucos chamaram a atenção até que o assassinato de Chico Mendes, em dezembro de 1988, introduziu-o por via televisiva nos frios lares dos países do Atlântico Norte.

### **A POBREZA CAUSA DEGRADAÇÃO AMBIENTAL?**

A investigação da existência do conteúdo do que eu chamo de ecologismo dos pobres, poderia ser apresentado sob títulos como "expansão do capitalismo e suas conseqüências para o meio ambiente e para os pobres" ou, em outro paradigma, "as conseqüências sociais e ecológicas da modernidade". Mas, nestas formulações, os pobres estão presentes como seres passivos, mesmo que eles tenham sido os atores principais das lutas para manter ou ganhar acesso aos recursos naturais. Podemos aceitar facilmente que freqüentemente tem havido movimentos sociais de pobres (rurais e urbanos) lutando pelo acesso aos recursos naturais (terra para cultivar, bosques e terras para pastagem, água para regar o campo ou para usos domésticos nas cidades, zonas urbanas verdes, etc.), mas o problema central a resolver é o seguinte: as lutas pelo acesso aos recursos naturais implicam uma vontade de conservação, ou são em si mesmas

uma ameaça de destruição? A hipótese de trabalho na busca do ecologismo dos pobres é que, se aceitamos que o sistema de mercado generalizado e/ou o controle do Estado sobre os recursos naturais implica uma lógica de horizontes temporais curtos e que não assumem os custos ecológicos, então os pobres, ao pedir acesso aos recursos, contra o capital e/ou contra o Estado, contribuem ao mesmo tempo para a conservação dos recursos.

A ecologia da sobrevivência torna os pobres conscientes da necessidade de conservar os recursos. Esta consciência é muitas vezes difícil de descobrir porque não utiliza a linguagem da ecologia científica (aqui há uma diferença com o ecologismo nor-atlântico), mas que utiliza linguagens políticas locais, às vezes religiosas. Tem havido e há muitas lutas sociais dirigidas a manter o acesso popular aos recursos naturais contra a privatização (ou contra a estatização). O mercado (e também por outras razões o Estado) não valoriza os custos ecológicos, que sempre são de fundo, de tipo macro. Portanto, as lutas sociais dos pobres para manter o uso dos recursos naturais fora da economia mercantil (ou fora da administração estatal) são, ao mesmo tempo, lutas pela conservação da natureza.

Assim como a ideologia machista patriarcal influuiu na desatenção que a ciência econômica mostra face ao trabalho doméstico não remunerado, que é realizado habitualmente por mulheres, da mesma forma a ideologia do progresso e o esquecimento da natureza tem influenciado na desatenção que a ciência econômica mostra face ao marco ecológico da economia, face à valorização dos serviços ambientais à economia, não valorizados em dinheiro ou pelo menos subvalorizados. Podemos perguntar se o ecologismo dos pobres é característico das mulheres e por que é. Na Índia, as contradições sobre o movimento Chipko suscitaram esta questão. A participação das mulheres nas lutas ecologistas dos pobres é mais importante que a dos homens, ao contrário que na luta salarial. Quais são as razões? Podemos supor que as mulheres estão mais próximas da Natureza, que se identificam com ela, talvez devido ao seu papel tão importante na reprodução da espécie? Ou será que seu papel na divisão social do trabalho, seus trabalhos especializados no âmbito doméstico, fazem delas as agentes da satisfação das necessidades ecológicas da vida, ao abastecimento de alimentos, de água e de combustível? Por isto, para investigar o ecologismo dos pobres tem-se que estudar as relações entre pobreza, degradação ecológica, lutas sócio-econômicas, e o trabalho na consciência das mulheres.

A imagem difundida pela comissão Brundtland (1987) é que a pobreza é, tanto ou mais que a riqueza, causa da degradação do meio ambiente. O argumento não é de todo desinteressado, pois fixa as bases para um *eco-management* tecnocrático internacional, que terá seu dia de glória na Conferência do Rio de Janeiro em junho de 1992, e que se pretende mais ou menos "neuro" nos conflitos redistributivos. Deixou-se de um lado o ecologismo redistributivo dos anos 70, por exemplo o de Barry Commoner e o de Georgescu-Roegen, que na conferência de Estocolmo de 1972, propôs que se instaurasse, por um determinado período, a liberdade de imigração sem restrição no mundo o que, sem margem de dúvidas, levaria a concentrar os esforços mentais e políticos para se chegar a uma maior igualdade entre os países ricos e pobres.

O ecologismo tecnocrático internacional evidencia a pobreza como causa de degradação ambiental. Certamente, a imagem ecologista do

campesinato do Terceiro Mundo como good farmers (bons camponeses) (Wilken, 1987), é muito diferente da imagem da comissão Brundtland: camponeses e camponesas que queimam até o último ramo da última árvore do povoado porque no povoado não tem gás butano disponível para cozinhar, ou camponeses que sacrificam a fertilidade do solo porque não tem tempo ou dinheiro para utilizar fertilizantes. Tanto no povoado como na cidade, os pobres não tem água, com os riscos para a saúde que comporta o não poder evacuar convenientemente os excrementos humanos. Negar freqüentemente que a pobreza é causa de degradação do ambiente seria ridículo. A situação extrema seria a daqueles camponeses tão pobres que se vêem obrigados a comer a semente necessária para o ano seguinte. A pobreza pode reduzir radicalmente os horizontes temporais e pode fazer subir drasticamente as taxas de rentabilidade. Não obstante, tem-se que pensar de outra maneira.

### **PARA UM ECOLOGISMO POPULAR OU ECO-SOCIALISMO.**

Aceitamos que a pobreza é uma causa de degradação ambiental. Então, do ponto de vista dos pobres, podemos interpretar o desenvolvimento do capitalismo (ou do sistema de mercado generalizado) como uma *Raukbwirtschaft* continuada e crescente para cobrir os gastos dos ricos. Entendidos assim, os movimentos sociais dos ricos têm muitas vezes um conteúdo ecológico (talvez somente implícito), já que tratam de guardar os recursos naturais fora da economia crematística, mercantilista, sob controle comunal. Em todo caso, tentam conseguir que a administração econômica do estado assuma algumas responsabilidades como as ecológicas. Uma ampla confluência para o ecologismo popular ou eco-socialismo de diversas origens, está se manifestando em diversos países. Esta perspectiva se opõe a economia convencional, que vê uma causa de degradação do ambiente na *tragedy of the commons*, e que propõe a atribuição de direitos de propriedade sobre o meio ambiente e o intercâmbio no mercado dos valores ecológicos ou a intervenção do Estado com medidas reguladoras, sendo assim que os Estados, como agentes de industrialização e militarização, estão entre os maiores inimigos do ambiente. Em nossa perspectiva, pelo contrário, os movimentos radicais - explicitamente ecologistas ou não - são os que contribuem para a internacionalização de algumas externalidades, ao fazer crescer os custos das empresas ou dos organismos do Estado, por sua oposição à valoração crematística da natureza, pedindo que a natureza fique no terreno da economia moral, quer dizer, que a natureza fique no campo da economia política popular, sem entrar na lógica do mercado nem na lógica do serviço ao Estado.

Esta seria a perspectiva das lutas contra a contaminação do ar nos bairros populares das cidades, as lutas por espaços verdes contra a especulação urbana, a luta nos subúrbios das cidades pobres para ter a água potável suficiente, as lutas contra o dióxido de enxofre no Rio Tinto, na Andaluzia dos anos 80, ou na Oroya, no Peru, contra a Cerro de Pasco Copper Corporation, ou em Ilo, também no Peru contra a Southern Peru Cooper Cooperation. São lutas contra as empresas papeleiras para conservar os bosques, e para conservar a terra contra as centrais hidroelétricas, para salvar a pesca artesanal - considerando o mar sagrado, como em Kerala - contra a utilização abusiva da pesca industrial. São as lutas nos campos de algodão da América Central contra

a utilização de pesticidas. São as lutas pela saúde nos postos de trabalho, e até nossos dias são todas as lutas contra a militarização.

Pode parecer que a incidência do ecologismo dos pobres é somente local, mas também compreende aspectos internacionais. Há uma nova percepção ecológica dos conflitos internacionais a partir dos países em que os cidadãos não podem emigrar facilmente para outros países (os mexicanos para os Estados Unidos, ou os argelinos para a Europa Ocidental) enquanto seus recursos são exportados a preços que dão muito pouco valor a necessidades futuras? Haverá forças políticas que reúnem sob uma mesma perspectiva o nacionalismo e a economia? Podemos imaginar alguma coisa nova na história? Será que a política de Gandhi era já um nacionalismo ecologista?

Por exemplo, a agricultura campestre mexicana é, do ponto de vista da eficácia energética e da conservação da biodiversidade do milho, superior à dos Estados Unidos. Entretanto, o México exporta petróleo e gás barato para os Estados Unidos, que voltam ao México, uma parte convertidos em milho dos campos de Iowa, um milho de importação de grande custo energético e de débil interesse genético. Mas este milho pode arruinar facilmente a agricultura campestre do México. Uma reação nacionalista, pro-campestre, adotaria um horizonte temporal mais extenso, se negaria a exportar gás ou petróleo salvo se a preços que incluam as necessidades das gerações mexicanas futuras. Poderíamos assim chegar a uma teoria dos intercâmbios ecologicamente desiguais.

### O ECO-SOCIALISMO É MAIS PRÓPRIO DO SUL QUE DO NORTE.

Uma abordagem ecológica põe na ordem do dia uma teoria do sub-desenvolvimento como efeito da dependência. Esta dependência econômica não se manifesta somente na infra-valorização da força de trabalho dos pobres do mundo, ou na deterioração secular dos preços das matérias primas exportadas, mas também no intercâmbio desigual entre os produtos não renováveis ou lentamente renováveis - compreendidos os elementos fertilizantes do solo incorporados nas exportações agrícolas - e os produtos importados de escasso valor ecológico. Esta é, por exemplo, a história da exportação de petróleo e de gás, e de outros minerais e metal, mas também a do guano e a farinha de pescado do Peru. Podemos acrescentar aqui também a reação contra as exportações de resíduos tóxicos e os conflitos gerados pelas propostas eco-tecnocráticas para combater o "efeito-estufa" (clima mundial cada vez mais quente).

Em algumas regiões do mundo a questão da existência de um ecologismo dos pobres carece talvez de interesse. Por exemplo na história do ambientalismo norte-americano existe a ideologia Gifford Pinchot de que a conservação dos recursos é compatível com sua exploração, segundo um rendimento sustentável ao máximo, e a ideologia de John Muir e do Sierra Club, de preservação de alguns espaços naturais em seu estado selvagem puro (Yosemite Park). Nos Estados Unidos, nesta controvérsia dos primeiros anos do século XX, era inútil perguntar-se de que lado estavam os pobres. Mas em outras regiões do mundo, na história e atualmente, podemos perguntar-nos qual tem sido o real valor da natureza para os pobres.

Sem dúvida, a riqueza é a causa principal da degradação ambiental, já que o consumo derrocador de energia e materiais é maior entre os ricos, assim

como é maior a produção de dejetos que resulta deste consumo. É esta ecologia da abundância a causa da nova consciência ecológica nor-atlântica. Mas tem-se que estudar a ecologia da sobrevivência, a necessidade de conservação dos recursos naturais como pertencentes à esfera da economia moral, contra sua inclusão na valorização crematística, mercantilista. Frente à pobreza, à degradação ambiental, à exploração interior e exterior, vivemos atualmente o início de um grande movimento de neo-narodnismo ecológico entre intelectuais e ativistas, e também entre os camponeses e os pobres das cidades. A investigação histórica deste tipo de fenômenos está também se desenvolvendo. Os críticos ecológicos da ciência econômica que se identificam com os pobres do mundo chegam à conclusão de que os custos ambientais não são internalizados nem por uma economia de mercado nem por um processo de planificação centralizada. Houve uma intenção de introduzir a problemática ecológica no debate sobre o cálculo econômico em uma economia socializada, nos anos 20 e 30, por obra de Otto Neurath e William Kapp, mas isso foi esquecido. As lutas sócio-ecológicas são o veículo para internalizar as externalidades negativas, para assumir os custos ecológicos; pelo menos alguns deles. Os custos ecológicos aparecem na contabilidade quando são assumidos por grupos sociais: essa é a perspectiva dos pobres do mundo, muito diferente do ecologismo burocrático internacional. É no fundo uma perspectiva marxista porque vincula a crítica ecológica da economia com as lutas sociais.

O movimento Chipko nos bosques do Himalaya e a luta contra as represas no vale do Narmada são conhecidos nos ambientes ecologistas da América do Norte ou da Europa do Norte, mas não o são tanto no México, onde há também lutas indígenas para a conservação dos bosques contra as empresas papeleiras.

Nem no Brasil, onde em um contexto diferente, há lutas contra a hidroeletricidade, a mineração de exportação e a pecuária. O ecologismo intelectual tem crescido no Sul por influência do Norte, mas recentemente estamos descobrindo os movimentos ecologistas espontâneos do Sul, que são independentes da influência do Norte. Assim, na Índia está crescendo rapidamente o ecologismo ativista e muito competente de muitos grupos, cujos trabalhos e resultados podem ver-se em forma resumida nos magníficos informes intitulados *The State of India's Environment*. Há um ecologismo socialista muito vivo na Índia e também na América Latina está crescendo. Entretanto, os autores e ativistas latino-americanos raras vezes se citam entre si, e o que se escreve ou o que ocorre na Índia não repercute "nas índias". O eco-socialismo é mais próprio do Sul que do Norte, precisamente porque no Sul as lutas anticapitalistas são muitas vezes, mesmo sem saber seus protagonistas, lutas ecológicas. Além do mais, a perspectiva ecológica abre de novo a discussão sobre o "intercâmbio desigual". Cuba, por exemplo, tem sido na maior parte de sua história um país exportador de energia, - calorias humanas provenientes do açúcar - , e, em troca de quê? Na história do Peru, no século atual, há movimentos sociais explicitamente dirigidos contra danos ecológicos, contra a deposição ácida. Em outros movimentos sociais, o motivo ecológico não é tão visível mas também existe. Ele é visível nas lutas urbanas pela água ou contra o lixo. Também no campo. Por exemplo no Peru, as tentativas de recuperação dos pastos das fazendas pelas comunidades, estão relacionados com a complementaridade

econômica de recursos da puna e de outros níveis ecológicos mais baixos, mas que também nascem do sentimento e da realidade de uma usurpação, e muitas vezes usavam argumentos jurídicos mais que ecológicos. A percepção ecológica se expressa as vezes na linguagem científica de fluxos de energia e materiais, de recursos esgotáveis e contaminação. Essa é a linguagem de parte dos "verdes" alemães, além de ser a linguagem dos cientistas. Desta maneira, não é a linguagem utilizada por outros movimentos ecologistas atuais ou históricos, muitos dos quais estão ainda por descobrir.

Por exemplo, a luta dos pescadores de Kerala, no sudoeste da Índia, que pescam com camata-maranes movidos a vela, contra os barcos forasteiros com motores à óleo, é uma luta ecológica que se opõe ao esgotamento da pesca e propõe uma exploração desses recursos renováveis a uma taxa compatível com sua reprodução. Ao mesmo tempo, apela para uma imagem do lugar como algo sagrado. Não houve uma luta parecida no Peru quando se estava destruindo a pesca de anchova para produzir farinha de pescado para engordar os frangos do Atlântico Norte? E em 1840-80, quando se estava destruindo o guano? O mesmo cabe dizer do México e o petróleo, da Bolívia e o estanho, da Argélia e o gás. Em Kerala, os pescadores apelam para a imagem sagrada que tem o mar. Que idioma social poderia empregar-se no Peru, no México, na Bolívia, na Argélia?

#### NEO-NARODNISMO ECOLOGISTA.

Na Índia, Ramachandra Guha tem identificado três tendências entre os ativistas ecologistas: os gandhianos, os partidários do "ecodesenvolvimento" e as "tecnologias apropriadas", e os marxistas ecológicos. Guha chama à colaboração entre essas três correntes. Mesmo que o "ecodesenvolvimento" e as "tecnologias apropriadas" pareçam uma mera adaptação do processo capitalista de produção às contradições sócio-culturais e ecológicas do Terceiro Mundo, a esquerda deve abandonar seus auspícios ao ecodesenvolvimento e às tecnologias apropriadas, pois estas estratégias de desenvolvimento podem inserir-se nas lutas de classe de nosso tempo. Assim, pode-se exemplificar um tal contexto com a luta dos seringueiros no Acre (Brasil), que culminou com o assassinato de Chico Mendes em dezembro de 1988.

As Grandes correntes ecológicas se diferenciam também pelas suas atitudes frente à ciência. Na Índia, por exemplo, os gandhianos são menos favoráveis à ciência ocidental que às outras duras correntes. Em compensação, os marxistas ecológicos têm freqüentemente grupos chamados "ciência para o povo", o que recorda o slogan dos narodniki russos da época de Piotr Lavrov: "Ciência e Revolução". A idéia de que o conhecimento indígena é freqüentemente superior ao oferecido pelos agrônomos estrangeiros não supõe uma atitude anti-científica. Ao contrário, implica uma crítica da insuficiência científica e da auto-suficiência social desses técnicos estrangeiros ou desses vendedores de sementes e pesticidas. Freqüentemente, as intenções de trocar as práticas camponesas em nome de uma racionalidade superior que se apresentava como científica, mas que era má ciência, tem coincidido com as tentativas de incluir na esfera "econômica" uma produção e uns recursos naturais que estavam, todavia, fora dela. O ecologismo não é anti-científico. Porém, a perspectiva ecológica implica uma integração ou uma articulação dos conhecimentos de diversas ciências.

Em todo o Terceiro Mundo crescerá um novo ecologismo socialista, ou talvez neo-narodnista, o que teria agradado ao próprio Marx, já que ao final de sua vida simpatizava com a ala mais radical do narodnismo russo. Mesmo que os narodniki eram socialistas, pode parecer que um neo-narodnismo ecologista não implica somente uma atitude pro-camponesa mas também uma atitude neutra frente à luta de classes, já que o populismo não acentua nem a diferenciação social nem a luta de classes.

Não obstante, na medida em que o neo-narodnismo ecologista é uma defesa de uma economia moral, de uma economia ecológica, contra a penetração do sistema de mercado generalizado, o enfoque populista pode ser útil para entender algumas lutas sociais no Terceiro Mundo, e não somente para entendê-las mas também para apoiá-las. A etiqueta de "populista" tem sido usada com pleno conhecimento do que significava na Rússia na segunda metade do século XIX: a crença na transição direta para o socialismo na base da comunidade camponesa. Por isso o marxismo de Mariátegui foi qualificado de "populista".

Nos últimos anos, a agricultura moderna e, em geral a economia atual, tem sido criticada porque implica um gasto de combustíveis fósseis, uma contaminação do meio ambiente e uma perda de biodiversidade maior que a agricultura "tradicional" e que a economia pré-industrial. De fato, esse enfoque ecológico da economia não é novo: autores como Podolinsky (1895-1956), representaram uma corrente de pensamento científico, ecologista, e inclusive científico e ecologista-utópico (Josef Popper-Linkeus, 1838-1921), que criticou a economia e os economistas. Essa corrente liga-se com a nova economia ecológica e liga-se também com o ecologismo espontâneo dos pobres. Em países com importante presença camponesa, a crítica ecológica moderna desemboca (desde 1985) num neo-narodnismo ecológico (aludindo aos citados narodniki russos). Mas também há que constatar, às vezes, a ausência de lutas ecológicas, inclusive de percepção ecológica, apesar da existência de problemas ecológicos.

#### LINGUAGEM POPULISTA?

A linguagem populista, mais exatamente o narodnik, não impede que o ecologismo dos pobres seja compatível com a teoria eco-marxista de James O'Connor, sobre "a segunda contradição do capitalismo". Segundo James O'Connor, a "primeira contradição" entre a acumulação de capital e a falta de poder compra da classe operária metropolitana explorada ou, em todo caso, a falta de poder de compra do proletariado e campesinato coloniais, há que acrescentar uma "segunda contradição". A expansão capitalista piora suas próprias "condições de produção" (particularmente as condições ecológicas), e as tentativas do capitalismo para reduzir os custos da produção externalizando os gastos ambientais tem provocado em algumas ocasiões reações sociais, quer dizer movimentos ecologistas de protesto. Esta análise de O'Connor - e também de Leff -, explica ao mesmo tempo a dinâmica econômica e ecológica, e a dinâmica social. Estes novos movimentos sociais se opõem não somente às empresas, mas também ao Estado, inclusive nos sistemas de economia de mercado, já que as "condições de produção" são produzidas fora do mercado para converter-se depois em mercadorias. É o Estado o responsável pela disponibilidade das "condições de produção": o zoneamento urbano, a água

potável, o ar respirável, minerais e combustíveis fósseis produzidos por fenômenos geológicos que duraram milhares de anos, e que devem ser mantidos a bom preço ao custo de uma guerra se for necessário...

O neo-narodnismo ecológico poderia ter agradado a Marx, e certamente a Mariátegui. Marx recusou a perspectiva ecológica e não acreditou nas virtudes sociais dos camponeses, mas por outro lado, foi no final de sua vida muito favorável ao lado mais radical dos narodniki, que também eram socialistas e favoráveis às comunidades camponesas.

Há que usar a palavra narodnismo com suas conotações rurais, porque os trabalhadores rurais ocupam um lugar realmente privilegiado no ecologismo dos pobres. Eles tem acesso direto à energia solar e se eles dispõem de acesso à terra cultivável, eles também tem acesso aos elementos fertilizantes do solo, à água da chuva. Mesmo que os camponeses vendam no mercado a maior parte de suas colheitas, eles podem retirar-se do mercado mais facilmente que os outros trabalhadores.

Traduzindo narodniki por "populistas", como se faz habitualmente, a inclusão dos pobres das cidade no ecologismo dos pobres seria óbvia. Mas a palavra "populista" não tem a significação socialista (igualitarismo, controle social e comunal dos meios de produção, visão mundial, desaparecimento efetivo do Estado) que encontramos nos narodniki, assim como nas outras correntes da Primeira Internacional. O uso da palavra narodniki não deve excluir a população urbana.

O neo-narodnismo ecológico, tal e como apresentado aqui, responde a uma análise racional do conflito entre a economia ecológica e a economia crematística baseada unicamente em custos-benefícios. Também fornece argumentos para a crítica de algumas economias modernas. Poderíamos perguntar se o neo-narodnismo ecológico é simplesmente uma manifestação adicional do fenômeno geral de resistências nativas e localistas contra a expansão capitalista na periferia do mundo, ou então se se trata de mais um exemplo do ceticismo com relação ao progresso da civilização, ceticismo que segundo os ideólogos pós-modernos se manifesta na ressurreição das religiões, nos nacionalismos de pequena dimensão, na desagregação das ideologias, na derrota da visão da história como uma análise universal do passado que leva a um projeto coletivo para o futuro.

A resposta a estas perguntas é negativa. O neo-narodnismo ecológico, é a ideologia e a prática das lutas populares para a preservação dos recursos naturais na esfera da economia moral, e é também uma defesa, que podemos apreciar em termos científicos, de uma economia que valoriza a biodiversidade e usa razoavelmente dos fluxos de energia e materiais sem esperanças injustificadas nas tecnologias futuras. O neo-narodnismo ecológico, não é um exemplo pós-moderno de falta de confiança no progresso social e científico, mas uma via de modernidade alternativa.

### AS RAÍZES DOS "VERDES".

Há uma confluência entre o ecologismo popular ou eco-socialismo com correntes políticas de esquerda - cuja origem remota está convencionalmente datada na época da Primeira Internacional, por volta de 1870 - e com correntes de pensamento e práticas alternativas, naturistas, pacifistas e feministas, desde o século XIX até nossos dias. Estas são as raízes dos "verdes", que incluem não somente as lutas indígenas para conservar os recursos naturais, não somente algumas lutas camponesas e operárias, mas também os pequenos nacionalismos defensivos e anti-estatais. Por exemplo, o nacionalismo francês tem sido pró-nuclear, enquanto o nacionalismo bretão é anti-nuclear. As políticas de esquerda distantes do ecologismo popular ou eco-socialismo seriam dois ramos do marxismo: o leninismo e a social-democracia.

E isto, porque simetricamente, por um lado e por outro, uma parte do pensamento ecologista, o ecologismo social-darwinista, está distante de fato e é contrária ao atual ecologismo popular eco-socialismo. Entre as pessoas mais destacadas por sua honestidade pessoal e por suas constantes atividades em prol de um mundo mais justo, há muitos militantes de correntes marxistas que se negaram a dar o passo fácil e bem remunerado para a social democracia que muitos outros deram.

### ECOLOGIA E MARXISMO

Agora que os Estados com planificação econômica centralizada e ditaduras burocráticas estão mudando de sistema político e econômico, por pressão popular, há que recordar os velhos debates da Primeira Internacional sobre os distintos modos de entender o socialismo.

Assim, há que reconhecer que a crítica de Bakunin contra Marx era adequada, e também que os narodniki russos (como Lavrov) tiveram muito a acrescentar. Os dois ramos principais de herdeiros do marxismo, a social-democracia - que esteve disposta a participar na carnificina sem sentido de 1914-1918 e também nas guerras coloniais - e o Leninismo - que desembocou no desastre atual - não são as únicas correntes nascidas do movimento operário e radical do século XIX. É hora de recuperar as idéias do anarquismo e do populismo russo ao mesmo tempo que as idéias de Tolstói, William Morris e Gandhi, tanto mais que nestas correntes, houve uma maior sensibilidade ecológica que nos marxismos predominantes. Do outro lado, no liberalismo, a sensibilidade ecológica esteve também ausente.

Se pensamos que o estudo mais importante de economia ecológica se intitula *The Entropy Law and the Economic Process* (de Georgescu-Roegen, 1971) podemos entender os danos causados à relação entre o marxismo e a ciência ecológica e a política ecologista, pela incompreensão que teve Engels - que era o "assessor científico" de Marx - e a significação do estudo dos fluxos de energia para o estudo da economia humana, e sobretudo para o estudo do desenvolvimento das *Produktivekraefte* ou "forças produtivas" na economia.

A palavra *Kraft* significava "força" no sentido físico antes de 1850 mas foi substituída pela palavra *Energie* depois que começou o estudo, não mais das forças mecânicas, mas da conversão do calor em trabalho e vice-versa, matéria de

estudos da termodinâmica que poderia chamar-se energética. Se Marx e Engels tivessem utilizado a expressão *Produktiveenergien* a união entre a história energético-social marxista e a história energético-ecológica teria podido estabelecer-se antes e por si mesma.

A expressão *Produktivekraefte*, pelo contrário, situou a historiografia marxista, que se supõe materialista - mas no sentido econômico, não no físico - em um plano metafísico. Há, portanto, um divórcio entre o marxismo e a ecologia energética há uns 120 anos. Não somente no pseudomarxismo de origem estalinista, hoje felizmente quase defunto, mas também os marxismos renovados da Nova Esquerda europeia e norte-americana, que recusam ainda entrar nesta discussão, mesmo que estejam já a ponto de cair. A arrogância de origem leninista que alguns grupos residuais marxistas exibem ainda frente ao ecologismo é hoje francamente ridícula.

### ESCASSEZ DE RECURSOS E CONTAMINAÇÃO

Não tem havido uma historiografia ecológica marxista. Também não tem havido uma historiografia ecológica "burguesa". Teria que comparar o emprego da noção de *Raubwirtschaft* em algumas quase esquecidas páginas da geografia humana de Jean Brunhes, e a visão da *longue durée* (longo prazo) na história de F. Braudel, na qual a geografia evolui lentamente, a economia vai mais rápido, e a política é um assunto de curto prazo. Mas precisamente na época dos Habsburgo na Espanha e de Felipe II, a ecologia da zona americana do império espanhol sofria umas agressões sem precedentes - estudadas por A. W. Crosby, em *Ecological Imperialism* -, incluindo um grande colapso demográfico. As mudanças ecológicas não se situam sempre na *longue durée* (o longo prazo). Atualmente, o crescimento do consumo desnecessário de energia e de materiais em alguns países do mundo e a acumulação de gases que provocam o efeito estufa na atmosfera são mudanças ecológicas que acontecem rapidamente, mais rápido inclusive que as mudanças no sistema econômico. São questões muito discutidas há uns cem anos, mesmo que seu impacto político seja recente e mesmo que não tenha feito parte da historiografia marxista nem da historiografia econômica habitual.

Existem hoje economistas marxistas que se interessam pelas contradições entre a ecologia e a economia. Um deles, Elmar Altvater - em *Die Zukunft der Marktas* de 1991, e também em seu livro anterior sobre a exploração da Amazônia - retoma as idéias de Frederick Soddy (1877-1956) sobre a contradição entre a lei da entropia e a ilusão de um crescimento contínuo da economia. Insiste também na confusão capitalista entre crescimento real da riqueza e crescimento fictício do capital financeiro, da dívida privada e pública. Altvater estuda a dinâmica da economia capitalista, particularmente a impossibilidade da econômica fordista-reguladora nas grandes regiões da periferia econômica do mundo. Não basta dizer que as leis da energética são uma criação do espírito humano, desenvolvidas a partir da introdução da máquina à vapor na indústria. Isto é evidente. A questão seria se existem outros postulados, criados evidentemente pelo espírito humano em outro contexto social, que possam explicar os fenômenos termodinâmicos nas experiências físicas, químicas e biológicas.

Mesmo que se possa encontrar nos textos de Marx diversos indícios ecológicos, o marxismo e o ecologismo ainda não se integraram. O ponto de inflexão analítico dessa integração há de ser a redefinição dos contextos marxistas de forças produtivas e condições de produção. O enfoque eco-socialista já não destaca a contradição entre a tendência ao crescimento da formação de capital e a exploração da classe operária, mas ressalta as dificuldades que a escassez de recursos e a contaminação criam para a acumulação de capital. Até agora o marxismo é mais economicista que materialista-energetista. Os valores que não fazem parte da economia, nem contam, nem sabem como contá-los. Quer dizer, a crise do capital pelos danos decorrentes de suas condições de produção somente se faria sentir através de valores de troca, pela elevação dos preços. Efetivamente, nos anos 70 podia parecer que as taxas de benefício do capital diminuiriam devido à elevação dos preços de alguns recursos naturais que faziam crescer as rendas recebidas por seus proprietários, mas nos anos 80 a tendência foi o contrário. Isto não nos diz nada de interessante sobre a articulação entre a ecologia e a economia capitalista, já que precisamente a problemática ecológica não se manifesta necessariamente nos preços, pois os preços não incorporam custos como os ecológicos. São os movimentos sociais e não os preços os que revelam os custos ecológicos. Que o petróleo tenha baixado de preço não significa que seja mais abundante que há quinze anos. Indica somente que o futuro está sendo infravalorizado.

O argumento é particularmente relevante no México, um país que exporta a preços baratos petróleo e gás natural, que em parte retornam convertidos - a baixo custo, porém com desperdício energético - em importações de cereais que arruinam a agricultura camponesa. Neste caso, os preços de mercado podem ser questionados se se adota um horizonte temporal maior, que revalorize o preço dos recursos energéticos esgotáveis. A questão é, qual é o sujeito social capaz de adotar esta estratégia de revalorização frente ao vizinho do Norte, que considera as importações de petróleo e gás natural não mais em termos de vantagens comparativas - falsamente computadas -, mas nos termos inapeláveis de "segurança nacional"?

### CIÊNCIA, TECNOLOGIA E SOCIEDADE

As sociedades ou os grupos sociais atuam sobre o meio ambiente segundo as representações que se fazem de suas relações com ele. Estas representações favorecem ou, ao contrário, exercem um efeito limitador sobre as extrações devastadoras. A história da natureza, a nossa percepção dela, é uma construção social, e por isso pode decidir-se que a história natural também é história social. Até a grande experiência colonial que começa um pouco antes de 1492 e até a industrialização massiva da Europa, a relação com o meio ambiente não foi pensada como dominação e transformação da natureza mas como intercâmbios com as forças naturais frequentemente sacralizadas em mitos ou cosmologias religiosas. Talvez algumas religiões, como o cristianismo, estavam já predispostas ao abuso da natureza, mas de qualquer modo, a predisposição não pode manifestar-se na escala atual. "Nenhuma civilização tem sido ecologicamente inocente", escreveu Jean Paul Deleage com uma grande frase à francesa. Isso inclusive pode aplicar-se à civilizações antigas. A salinização de

terras de irrigação é um fenômeno pré-industrial e não-ocidental. Não somente faltou a inocência mas pode se também colocar em dúvida a eficiência de algumas formas tradicionais de uso da natureza. Assim, a agricultura de roça (roza-tumba-y-queima), que provocava as iras ignorantes dos administradores coloniais na África e outros lugares apresentou-se posteriormente como modelo de conhecimento agrônomo e botânico indígena e inclusive elogiado como referência de eficiência energética. Recentemente, outros autores tem assinalado o fato evidente que, se no input energético da agricultura itinerante incluímos a vegetação queimada, sua eficiência energética seria inferior inclusive à da agricultura moderna, baseada em combustíveis fósseis. Se as calorías da vegetação queimada não se tem incluído em tais estudos dos fluxos energéticos na agricultura, é porque se suporia a regeneração do bosque, mas Mc Grath, que trabalha no Pará, na Amazônia brasileira, não está disposto a conceder tal presunção de inocência e de eficiência ecológicas. Assim pois, talvez seja verdade que não haja civilização ecológicamente inocente.

Mas a atual civilização industrial vive de recursos armazenados em épocas geológicas remotas, como são os combustíveis fósseis. Em um ano de produção econômica consumimos vários anos de reservas. As civilizações anteriores não fizeram isso. Portanto, pode-se afirmar com J. P. Deleage, que nas civilizações "nas quais os humanos são a força produtiva principal, a adaptação ao ecossistema é o princípio fundamental do funcionamento da sociedade", e pode esperar-se, portanto, que a mesma atenção que nossa civilização tem dedicado ao desenvolvimento de novas tecnologias baseadas freqüentemente na exploração dos recursos naturais, se haja dedicado e se dedique nessas outras civilizações à observação e ao conhecimento do ambiente com vistas ao seu uso sustentável. Essa é a razão para pensar que os camponeses e camponesas são por si mesmos bons conhecedores das condições ecológicas, sem necessidade de apelar a nenhum romantismo a respeito das virtudes do homem primitivo ou rústico.

O neo-narodnismo ecológico aceita o fato evidente de que existe um conhecimento técnico indígena ou camponês que com freqüência é superior à ciência oficial. Mas isto não supõe, de modo algum, somar-se alegremente à filosofia irracionalista para a qual dá mais ou menos no mesmo a astrofísica que a astrologia. Não se deve desprezar o conhecimento popular que se expressa na agroecologia espontânea, ou na tradição vegetariana popular, ou na medicina alternativa, em nome do gremialismo científico de agrônomos e médicos. Todas estas tradições naturistas - muito vinculadas, além de tradições do movimento operário de raiz anarquista -, não devem ser despreziadas, mas ao contrário.

As questões ecológicas apresentam características que as fazem pouco tratáveis com os métodos científico-técnicos habituais. Por isto, a desconfiança ecologista para com os cientistas está justificada sem necessidade de apelar à filosofias irracionalistas da ciência. Em efeito, os problemas ecológicos são complexos, interdisciplinares. Além do mais, muitas vezes são novos - ao ter sido criados pelas novas industriais -. Nestes terrenos, os cientistas, cujos métodos são reducionistas, movem-se mal. Por isto, diante da grande incerteza de muitas questões ecológicas, observamos um fenômeno pouco freqüente em outros campos: nas discussões sobre o risco nuclear, sobre o perigo das dioxinas e furanos, sobre os efeitos do aquecimento global, participam em pé de igualdade os ativistas ecologistas com os "experts" das universidades ou das empresas. Isso

não ocorre - talvez deveria ocorrer - nos debates sobre economia ou sobre medicina ou sobre arquitetura, onde os experts não dialogam com os aficionados.

Por quê ocorre isto em muitas discussões ecológicas? Por um lado os políticos habituais não tem ocupado ainda este espaço, mesmo que estejam tratando de fazê-lo e a Conferência do Rio de Janeiro de junho/92 está desenhada precisamente para promover a imagem de dirigentes políticos estatais como experts ou pelo menos interessados em ecologia. Por outro lado, trata-se de questões muito incertas, muito complexas, de conseqüências a longo prazo, mas que precisam de decisões urgentes. Isto dá a oportunidade, não para uma afronta entre ecologistas e cientistas, mas pelo contrário, pelo trabalho em comum entre ecologistas que respeitam os avanços reais da ciência em terrenos bem delimitados - onde cabe contrastar hipóteses - e cientistas que, mais que "ciência para o povo" façam "ciência com o povo", dispostos a confessar sua ignorância - ou melhor dizendo, os limites do seu saber - sobre os grandes e incertos problemas futuros que o ecologismo apresenta. Quem pode hoje, honestamente, atacar a agroecologia em nome do avanço científico-técnico das biotecnologias? Quem pode pronunciar-se contra os ecologistas em nome da energia de fusão, é claro, não a "fria" mas a quente? Não seria esta certeza mais extravagante que a maior extravagância de um curandeiro?